Covid-19 e efeitos no Setor Elétrico: A busca por soluções de consenso

Preparado para Abiape, Apine, Abradee, Abrace, Abraceel, Abragel





Objetivo e metodologia do trabalho

Objetivo

- Apresentar, de forma independente, propostas estratégicas sobre como gerenciar e amenizar os efeitos da crise provocada pelo Covid-19 no setor elétrico.
- As propostas:
- 1. Diluem de forma eficiente os impactos da crise do Covid-19 nos segmentos de geração, transmissão, distribuição e consumo;
- Acomodam as visões de cada associação sobre seus direitos e responsabilidades;
- 3. Respeitam o atual ambiente de negócios do setor;
- 4. Evitam rebatimentos futuros indesejáveis, como a criação indevida de vantagens econômicas competitivas entre diferentes tipos de consumidores ou ambientes de comercialização;
- 5. Representam o consenso entre os contratantes: Abrace, Apine, Abraceel, Abragel, Abradee e Abiape.

Método

- ► Entrevista com cada associação, para entender como (e quanto) os agentes que elas representam estão sendo impactados e como entendem que a solução da crise deveria ser endereçada.
- ► Definição de princípios que deveriam nortear a construção das soluções.
- Levantamento das ferramentas que poderiam ser utilizadas na viabilização das soluções: oriundas de conversas com associações, propostas da PSR e da recente Nota Técnica nº 01/2020-GMSE/ANEEL.
- Utilizando estas ferramentas, estruturação de propostas, apontando seus prós e contras.
- ► Definição de estratégia de convergência entre as associações para gerenciar e amenizar os efeitos da crise provocada pelo Covid-19 no setor elétrico.

Problemas que este relatório trata (e não trata)

- Problemas que tratamos aqui: os que demandam ação imediata do governo.
 - Preservação da solvência e liquidez dos segmentos do setor devido à Covid-19.
 - Manutenção do fluxo de pagamentos na cadeia de valor.
 - Garantia do equilíbrio econômico-financeiro das atividades concedidas.
- Problemas que não tratamos aqui: os que não demandam ação imediata do governo.
 - Consequências da Covid-19 no ambiente de contratação livre (ACL): entende-se que, pelo menos num primeiro momento, o ACL consegue surgir com suas próprias soluções (negociações e diferimentos)
 - Alterar propostas já consensadas para a modernização do marco regulatório.
 - Ineficiências e custos que são anteriores ao Covid-19.
- Oportunidades que devem ser buscadas todo o tempo:
 - Acelerar aprovação de propostas para aumentar a liquidez do setor e modernizar o marco regulatório que também possam ajudar a resolver problemas causados pela pandemia: resolução do "passado" do GSF (PL 3975/2019) e revisão de encargos e subsídios (PLS 232/2016).

Ferramentas para atacar problemas aqui analisados

- Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) resolve o problema, mas na prática é inviável
- ► Há outros mecanismos ordinários na regulação: MCSD, MVE, acordos bilaterais, que podem ser aperfeiçoados mas que possivelmente não resolvem a questão integral
- ► O conjunto de novas ferramentas que serve de base para a construção de propostas, é:
 - 1. **Injeção de recursos** no segmento de distribuição, a fim de preservar o fluxo de pagamentos ao restante da cadeia (geração, comercialização, transmissão e encargos setoriais). Esses aportes podem ser a fundo perdido pelo Tesouro ou via empréstimo;
 - 2. **Diferimento dos pagamentos** devidos pelas distribuidoras, reduzindo seus riscos de caixa e modulando os impactos tarifários na cadeia aos consumidores (não revisa contrato, revisa faturamento); e
 - 3. Ajuste de pagamentos na cadeia: redução/postergação do volume contratado com a geração, revisão de subsídios e encargos.
- ► A efetivação das alternativas 2 e 3 ocorreria via uma **negociação** entre os agentes, sempre de forma **voluntária**.
 - Baseado em conversas com bancos, investidores e financiadores, a PSR não considera que a negociação de pagamentos na cadeia afete a credibilidade e segurança do ambiente de negócios do país (negociar não é romper contratos).

Visão geral das novas propostas recomendadas em cada ferramenta

Propostas englobam as da PSR, da ANEEL e das Associações

(A) Injeção de recursos no segmento de distribuição



(B) Diferimento dos pagamentos das distribuidoras



(C) Ajuste de pagamentos na cadeia



- 1. Ações do Tesouro:
- Aportes na CDE;
- Antecipação do efeito de redução tarifária pela quitação da dívida de Itaipu, mediante aporte do Tesouro; e
- Utilização do caixa da Eletrobras para diferir o pagamento aos contratos do Proinfa.
- Utilização do saldo disponível nas contas de encargos e fundos setoriais
- Financiamento da necessidade financeira remanescente do setor através da "Conta Covid".
- Avaliação do impacto (até dez/2020) de itens que compõe ativo regulatório tarifário (câmbio Itaipu, CVAs parcela A, redução de mercado e inadimplência)
- Encargo Covid sem subsídio cruzado.
- Encargo permanece com consumidor que migra para o mercado livre ou autoprodução, incluindo geração distribuída.

- Negociação para diferimento de pagamentos de alguns geradores (exemplo: os que tem empréstimos com o BNDES, cuja amortização da dívida pode ser suspensa temporariamente).
- 2. Diferimento do EUST ou EUSD pelas demandas verificadas.
- 3. Negociações bilaterais entre distribuidores e geradores para diferir pagamentos de contratos.
- 4. Mecanismo centralizado, de participação voluntária dos geradores, para diferimento de pagamento de montantes contratados.
- 5. Diferimento do pagamento da GAG melhorias por adesão

- Negociações bilaterais entre distribuidores e geradores para reduzir temporariamente volumes de contratos.
- Mecanismo centralizado para redução de montantes contratados com geradores.
- 3. Realização de Leilões A-3 e A-4 de Energia Existente com diferencial competitivo para geradores térmicos que ofertem redução (total ou parcial) dos contratos atuais, condicionada a vencerem o leilão.
- 4. Flexibilização na aplicação de penalidades por ineficiência na contratação da MUST e relacionadas à qualidade do serviço de distribuição.
- 5. Buscar redução estrutural de subsídios e encargos, respeitando direitos existentes.
- 6. Reavaliar o lastro contratual dos Contratos de Cotas de Garantia Física

Estratégia proposta pela PSR em 4 etapas

- 1. Utilização dos encargos setoriais + empréstimo para atenuar o problema de caixa até a implementação das medidas negociais.
- 2. Implementação das propostas negociadas.
- 3. Implementação das propostas negociadas que envolvam mudanças regulatórias mais profundas.
- 4. Caso necessário, novo financiamento.

A estratégia de convergência

1a Fase: Conta Covid 1^a Tranche



- Flexibilização das penalidades: suspensão temporária da cobrança da PIS na contratação do MUST das distribuidoras e das penalidades associadas à qualidade. [(C).4]
- Levantamento e utilização dos saldos disponíveis nas contas de encargos e fundos setoriais. [(A).2]
- Ações do Tesouro [(A).1¹]
- Diferimento EUST/ETUST [(B).2]
- ANEEL estima efeito do COVID-19 no caixa das distribuidoras e regulamenta empréstimo Covid⁰, para a necessidade remanescente de caixa. Essa seria a 1ª tranche do empréstimo Conta Covid e permitiria às distribuidoras honrassem seus pagamentos, pelo menos até a Fase 4. [(A).3]

⁰ Encargo Covid sem subsidio cruzado, alocado ao novos

migrantes, incluindo ao ACL e APE, incluindo GD

2ª Fase: soluções negociadas



- Cumprimento dos mecanismos regulatórios: rodadas de MCSD e MVE (com aperfeiçoamentos).
- Acordos bilaterais de redução ou rescisão de CCEAR, com suspensão temporária da restrição de não operação comercial para ampliar o alcance entre geradores e distribuidoras. I(C).11
- Realização de leilões para redução ou postergação de CCEAR e CER, com possível renegociação da dívida com BNDES. I(C).21
- Proposta de mecanismo de diferimento dos pagamentos dos **CCEAR, por adesão**, utilizando como remuneração máxima o custo financeiro da Conta Covid 1ª Tranche. $\{(B).1 + (B.3-4)\}$
- Diferimento do pagamento da GAG melhorias por adesão [(B).5]

3ª Fase: soluções regulatórias



- Realização de Leilões A-3 e A-4 de **Energia Existente** com diferencial competitivo para geradores térmicos que ofertem redução (total ou parcial) dos contratos atuais, condicionada a vencerem o leilão. [(C).3]²
- Reavaliar o lastro contratual dos Contratos de Cotas de Garantia Física em complemento à medida anterior, objetivando mitigar os efeitos econômicos da sobrecontratação – CCGF. [(C).6]³
- Buscar racionalização dos encargos setoriais: ações para eliminar subsídios e isenções tarifárias em atividades econômicas sustentáveis, respeitando direitos existentes. [(C).5]

4a Fase: Conta Covid



- ANEEL mede a efetividade das medidas tomadas até então, avalia a situação e o fôlego financeiro das distribuidoras e:
- Determina a quitação parcial (ou total) do empréstimo Covid "1ª Tranche" caso haja sobre arrecadação ou financiamento tenha se mostrado super estimado (dadas as outras medidas).

OU

Recomenda a tomada de empréstimo para pagamento do saldo remanescente: Conta Covid (2^a tranche).

Conclusões

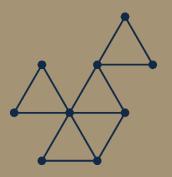
- ► A crise do Covid-19 é uma calamidade comparada à Grande Depressão de 1929, com efeitos físicos e comerciais nas empresas e perspectiva de recuperação econômica muito complexa quando encerrada
- Os efeitos econômicos e financeiros nos agentes do setor serão muito severos.
- ► A soluções apresentadas na estratégia elaborada possuem as seguintes características
 - Ferramentas utilizadas compatíveis com aquelas apresentadas na Nota Técnica nº 01/2020-GMSE/ANEEL
 - Soluções de mercado apresentadas no momento seguinte, com negociação de faturamento nos geradores e transmissores → participação de todos na solução, sempre de forma negociada e voluntária.
 - Utilizar oportunidade para organizar estruturalmente volume e utilização dos encargos setoriais.
 - Não atuam no mercado livre, mas as soluções deste ambiente podem ser consideradas para o ACR.
- ▶ É também necessário reconhecer, como princípio, a necessidade de preservar o equilíbrio econômico das atividades concedidas à luz do impacto da crise da Covid-19
- Se bem conduzidas e comunicadas, renegociação de contratos (sem rompimento) não afastam investimentos, e podem reduzir risco moral e político, sinalizando maturidade

Outros aspectos estruturais

- ▶ Dadas as perspectivas de menores preços no atacado e maiores tarifas no varejo, o setor acelerará transformações fortes nos próximos anos:
 - Maior competitividade do mercado livre, mas com muitos encargos e impostos
 - Aumento da descentralização do suprimento (autoprodução via geração distribuída (GD))
 - Baterias se tornarão mais rapidamente viáveis. Assim, haverá opção para consumidores se desconectarem da rede, o que vai acelerar a "espiral da morte" para as distribuidoras.
- ► Por isso, o governo deve acelerar propostas já aprovadas para a modernização do marco regulatório, os temas principais para o setor passarão a ser:
 - Revisão plena de subsídios (racionalidade, necessidade e utilização)
 - Alocação de custos e riscos
 - Abertura ordenada de mercado
- ► Será necessário também revisar a necessidade de investimentos em geração e transmissão em função da saída do país da Covid-19 para não sobre onerar o sistema

Temas não avaliados neste trabalho e que são fundamentais

- Estratégias para dimensionar a Conta Covid
- Alocação do recurso da Conta Covid nas distribuidoras
- Análises quantitativas das opções propostas
- ▶ Detalhamento técnico e regulatório das propostas, apresentadas apenas em nível estratégico
- ► Endereçamento de temas econômicos, como a sobre contratação voluntária e involuntária
- Comparação econômica entre opções financeiras ao consumidor
- Estratégias de comunicação das soluções propostas
- ► Estratégias para endereçar problemas do setor pós-Covid (2021 →)



- www.psr-inc.com
- psr@psr-inc.com
- +55 21 3906-2100

- /psrenergy
- @psrenergy
- @psrenergy

